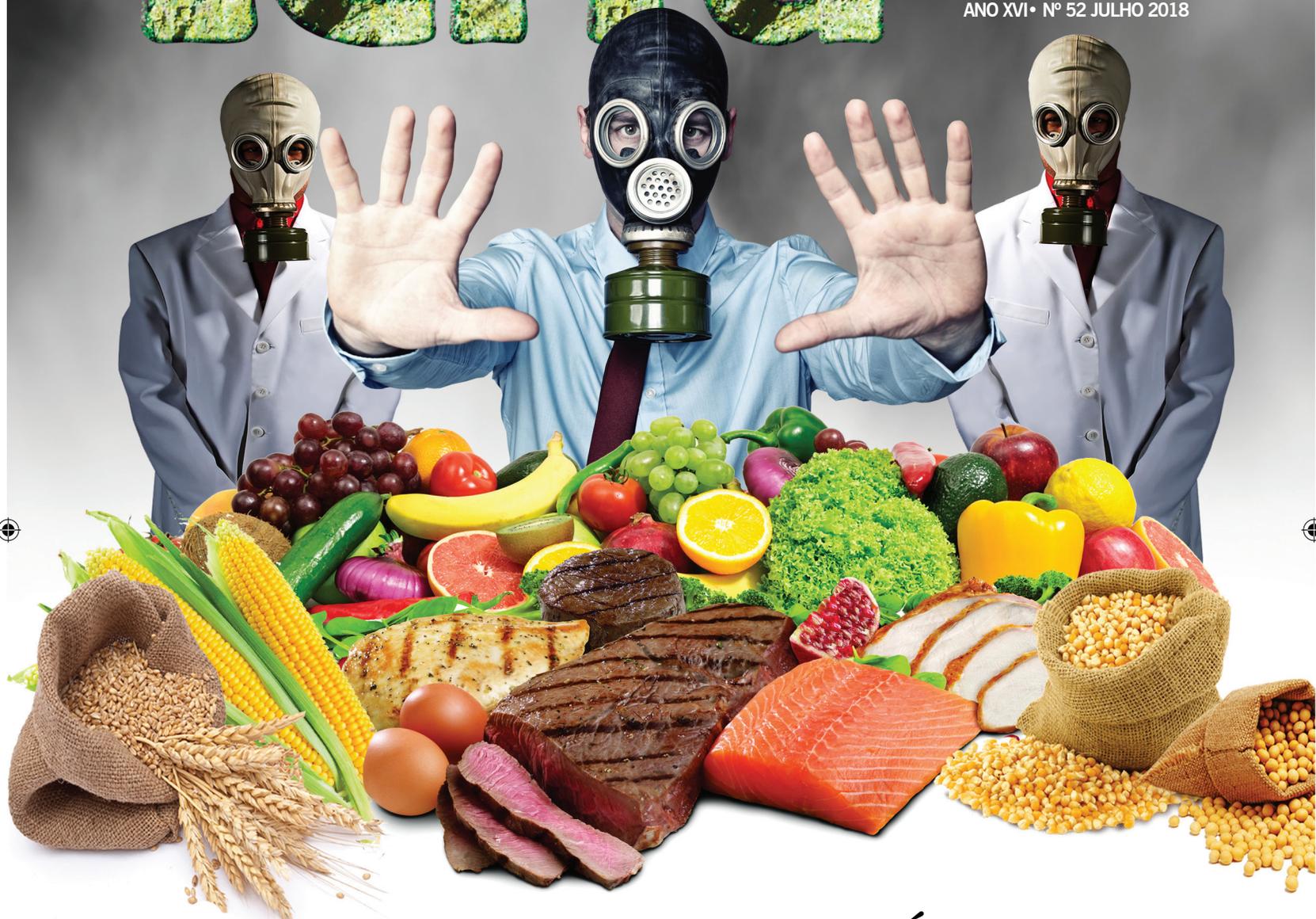


Letras da Terra



ANO XVI • Nº 52 JULHO 2018



O QUE ERA RUIM ESTÁ PIOR

Em um momento de decisões políticas tão questionáveis e obscuras a favor das leis que flexibilizam uma maior liberação do uso de agrotóxicos, a Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola posiciona-se contrária a já demasiada e preocupante carga de agentes químicos utilizada em nossas lavouras. [Pág 6 e 7.](#)

ESCOLA

Escola Bem Viver Caúna em Três de Maio. Uma nova proposta de escola do campo.

[Pág 4 e 5](#)

ENTREVISTA

Acompanhe a entrevista com o Secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Tarcísio Minetto.

[Pág 10 e 11](#)

COOPERATIVISMO

Mesmo com o cenário brasileiro desfavorável, o Cooperativismo se destaca no mercado gerando oportunidades de negócios.

[Pág 8 e 9](#)

XXXIII Encontro Estadual de Professores & VI Congresso Nacional de Ensino Agrícola

De 25 a 27 de Outubro/18

Hotel Klein Ville - Canela / RS



Canela

PROGRAMAÇÃO

25/10

Quinta-feira

- 15:00 Recepção e hospedagem das Delegações (Hotel Klein Ville Canela - R. Melvin Jones, 443, Canela).
- 17:00 Reunião do Conselho de Diretores das Escolas Agrícolas e da Diretoria da FENEA (Hotel Klein Ville)
- 19:30 Ato de Abertura do Encontro (AUDITÓRIO - Hotel Klein Ville).
- 20:00 Palestra: Ensinar é prazer – Prof. Dr. Luiz Eduardo Valiengo Berni (USP/SP)
- 21:00 Coquetel

26/10

Sexta-feira

- 08:30 Palestra – Perfil profissional perante o mundo do trabalho (Professor do IFRS)
- 10:00 Intervalo
- 10:15 Palestra: Sucessão e Empreendedorismo Rural – Téc. Agr. Alexandre Meneguzzo (Secretário da Agricultura de Gramado)
- 12:00 Almoço
- 13:30 Palestra: O cooperativismo na era pós moderna – EDUCREDI
- 15:00 Painel: Novo Conselho Profissional dos Técnicos Agrícolas e suas implicações para o ensino SINTARGS - SINTAGRI - SINTAG
- 16:00 **RESTANTE DO DIA E NOITE LIVRE**
ABERTURA DO NATAL LUZ

- RESERVAS DE DIÁRIAS ALÉM DA PROGRAMAÇÃO SÃO POR CONTA DO PARTICIPANTE, E DEVEM SER FEITAS DIRETAMENTE COM O HOTEL
- INGRESSOS PARA SHOWS EM GRAMADO DEVEM SER RESERVADOS COM ANTECEDÊNCIA PELO SITE DO NATAL LUZ E SERÃO POR CONTA DE CADA UM

OBS: A programação está sujeita a eventuais alterações
Mais informações no site www.agptea.org.br – (51) 32255748

27/10

Sábado

- 08:00 Saída para a Escola Agrícola Bom Pastor (Linha Brasil – Nova Petrópolis)
- 09:00 Visitação orientada na área técnica da Escola Agrícola Bom Pastor
- 13:00 Almoço e encerramento do Encontro

INSCRIÇÃO

Os valores abaixo incluem pensão completa, com Hospedagem em apartamentos duplos e ou triplos no Hotel Klein Ville Canela. (Rua Melvin Jones, 443 – Canela - RS - Fone 54 3282-6603)

SÓCIOS

Com pensão completa R\$ 300,00 (3 X 100,00)
Com refeições e sem hospedagem .. R\$ 150,00

NÃO SÓCIOS

Com pensão completa R\$ 420,00 (3 X 140,00)
Com refeições e sem hospedagem ... R\$ 200,00



DIRETORIA AGPTEA

PRESIDENTE
Fritz Roloff

VICE-PRESIDENTE
ADMINISTRATIVO
Celito Luiz Lorenzi

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS
EDUCACIONAIS
Danilo Oliveira da Souza

VICE-PRESIDENTE DE ASSUNTOS
SOCIAIS
Sérgio Luiz Crestani

TESOUREIRO GERAL
**Carlos Fernando Oliveira
da Silva**

PRIMEIRO TESOUREIRO
Ivano da Fontoura Brito

SECRETÁRIO GERAL
Élson Geraldo Sena

PRIMEIRA SECRETÁRIA
Denise Oliveira da Silva

CONSELHO FISCAL
**Mário Ubaldo
Dauri Ferreira Vaghetti
Francisco Rosa Pereira
Neto**

CONSELHO FISCAL / SUPLENTES
**Nestor Jorge Ortolan
Meri Terezinha Marmillitz
Getúlio Antunes**

REDAÇÃO

CONTATOS
**51 3225.5748
51 98419.2800
comunicacao@agptea.
org.br**

JORNALISTA RESPONSÁVEL
**Érinton da Silva
Reg. MIB 11752**

**comunicacao@agptea.
org.br
51 98419.2800**

FOTO DE CAPA
Divulgação

DIAGRAMAÇÃO E ARTE
**Marca Mídia
www.marcamidia.com.br**

IMPRESSÃO
**Sônia David
Multicomunicação
51 99982.7534**

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO
4 mil exemplares



Av. Getúlio Vargas, 283
Fone/Fax 51 3225.5748
Menino Deus - 90150-001
Porto Alegre - Rio Grande do Sul
adm@agptea.org.br
www.agptea.org.br

EDITORIAL

Cada vez que lançamos uma edição da nossa Letras da Terra é necessário refletir sobre as ações que estamos desenvolvendo, principalmente, os objetivos precisam ser repensados e reavaliados. Muitas são as conquistas que tivemos nos últimos anos, principalmente no que se refere às ações de formação profissional.

Infelizmente não podemos nos calar em um cenário de grandes incertezas onde, especialmente os profissionais da rede pública, são colocados como vilões da crise. Os governos, tanto daqui como de lá, só falam em privatização. Parece que o caráter público está sendo lincado às moedas de troca ou simplesmente extinto.

A recente greve dos caminhoneiros mostrou o quanto o país é dependente de uma estrutura precária, onde quase tudo depende do privado e precisa ser transportado via terrestre. Nesta greve tínhamos uma excelente oportunidade para rediscutir nosso país, mas apenas ficamos falando do preço do diesel. Infelizmente pouquíssimas instituições aproveitaram para fazer uma profunda discussão sobre que mundo queremos. Para a maioria dos políticos este tipo de fatos (greves, copa do mundo, grandes catástrofes...) são verdadeiros alívios, pois tiram o foco de suas falcatruas. A dita "flexibilização" da lei dos agrotóxicos é um destas maracutaias que tramitam no congresso nacional.

Mais uma vez é fundamental que cada comunidade, cada grupo social, se envolva na discussão de temas transversais que, no mínimo, podemos definir como polêmicos.

Também não podemos aqui deixar de manifestar nossa preocupação em relação às ações desencadeadas pelo órgão responsável pela Educação Profissional do nosso Estado que traz novamente as já "mastigadas" propostas ditas inovadoras como solução para as escolas agrícolas estaduais. Discutir os rumos da gestão da escola é sempre positivo quando se tem a participação dos profissionais da educação e de todos os envolvidos no processo. Ações

de incremento na gestão através de programas de PGQP podem ser muito úteis se vierem junto com recursos humanos e financeiros suficientes. Infelizmente, mais uma vez vemos na gestão pública um abismo de descrença e desvalorização pois o que se vê é mais um "bode na sala".

Através de ações claras e inclusivas, Letras da Terra quer, isto sim, propor um ambiente que contribua para o processo da aprendizagem, voltado à construção do conhecimento e à formação dos alunos, onde se possa continuar a acreditar no bom senso e na valorização do ser humano. A história sempre prova que em todos os tempos a sociedade só evoluiu seus valores quando investiu na formação de indivíduos de princípios, com elevada autoestima, onde educar não é simplesmente alfabetizar quem não sabe ler e escrever e depois lançar este indivíduo no mercado altamente competitivo.

Este ano estaremos realizando o XXXIII Encontro Estadual de Professores & VI Congresso Nacional de Ensino Agrícola, na cidade de Canela – Rio Grande do Sul, nos dias 25, 26 e 27 de outubro. Inicialmente estava previsto realizar o evento em Gramado, mas os altos custos nos hotéis inviabilizou esta realização. O Hotel Klein Ville Canela, situado na rua Melvin Jones, 443, é novo e nos fez um preço mais em conta e possui uma estrutura invejável

Desde já queremos reforçar nosso convite para que você participe não apenas deste evento, mas de todos que estarão sendo propostos neste ano, pois servirão para marcar e solidificar nosso compromisso com a qualidade da Educação Profissional.

Também reitero o convite para se engajar no nosso concurso para criação da nossa bandeira. As normas estão publicadas no nosso site. Escreva e opine, pois juntos somos fortes e teremos sempre mais condições de fazer frente aos retrocessos propostos.

Fritz Roloff - Presidente da AGPTEA

Receita para realizar seus sonhos:

- Comece onde você está;
- Use o que você tem;
- Faça o que você pode.





NOVA PROPOSTA DE ESCOLA DO CAMPO NO RIO GRANDE DO SUL JÁ É REALIDADE.



O Governo Municipal de Três de Maio inaugurou na manhã no dia 3 de maio, próximo passado, dia do município, quando completou 63 anos de emancipação, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bem Viver Caúna. Esta escola traz um projeto político pedagógico inovador de educação do campo e integral que se propõe a fazer o caminho inverso cidade-campo. Paralelo à cerimônia aconteceu a primeira mini feira de troca de sementes crioulas das crianças, enquanto a comunidade organizava o primeiro festival das cucas com sabores da terra como butiá, abóbora e requeijão. Tudo isso seguido de um almoço festivo no salão comunitário de Caúna Alta com grande participação de pessoas que acompanharam o lançamento do projeto que inclui horta, agrofloresta, galinheiro pedagógico, trilha ecológica, revitalização do arroio Lajeado Lamedor com a soltura de 3000 alevinos entre lambaris e jundiás, além de outras ações da sabedoria popular e para isso conta, além dos prédios, com um espaço de quatro hectares que pertencia ao Estado.

Trata-se da primeira escola municipal a funcionar em tempo integral em Três de Maio e conta com 98 alunos matriculados em cinco turmas, Pré A e B, além de 1º, 2º e 3º Ano do Ensino Fundamental. Da localidade, são em torno de 30 crianças. A maioria delas pertence às famílias urbanas. O currículo da nova escola foi construído com a participação dos pais, levando em conta as características da comunidade de Caúna, bem como os saberes e sabores ali presentes. Uma escola que valoriza outros espaços pedagógicos além das salas, para ter aulas também ao ar livre, na horta, no pomar, na trilha e nas propriedades rurais, afinal, existe uma grande sabedoria no povo dessa região. Isso tudo mostra que o poder público tem força, quando inspirado por ideais humanitários e apoiado pela iluminação de uma comunidade disposta a mudar uma realidade, de mudar uma situação que parecia não ter mais saída. É um projeto que está associado também ao desenvolvimento local e com um sonho de um mundo mais justo, humano e saudável, com menos

veneno, afinal, existe um caminho alternativo.

O ato de inauguração oficial contou com a presença do prefeito Altair Copatti, da vice-prefeita Eliane Fischer, da secretária municipal da Educação, Tânia Georgi, e de várias autoridades, além dos professores, pais de alunos, sindicatos e representantes da localidade de Caúna. A AGPTEA também se fez representar com a presença do presidente Fritz Roloff e dos vice presidentes Celito Lorenzi e Danilo Oliveira de Souza. Para Roloff, participar deste projeto tem um significado ainda mais especial, pois relata que foi diretor da antiga escola Benno Meurer, desta comunidade e conhece muito bem a realidade e a necessidade urgente de uma oferta de educação diferente que valorize os múltiplos saberes locais e traga nova esperança para as famílias que ainda residem (resistem à lógica do agronegócio) nas comunidades.

A comunidade de Três de Maio está de parabéns e a AGPTEA se soma a esta iniciativa, pois vê a educação



ESCOLA

do campo como estratégica para o desenvolvimento, especialmente a sucessão rural que já não encontra mais nos jovens interesse em seguir as atividades, principalmente, nas pequenas propriedades rurais

O projeto de Três de Maio é inédito no Estado pois inverte o fluxo migratório tradicional do campo para a cidade. Muitos pais, mesmo estabelecidos na cidade, matricularam seus filhos na escola do Campo, pois entenderam esta nova proposta de fazer educação. A escola do Campo em Caúna vai aproximar o conteúdo em sala de aula com a realidade das crianças, com a valorização dos saberes do meio rural. Oferecendo turno integral, a escola é mais voltada para as vivências do aprendizado rural, abordando no trabalho pedagógico diversas questões envolvidas como sucessão rural, produção agroecológica, em harmonia com um novo arranjo produtivo, social, cultural e local. De acordo com a secretária da educação, professora Tânia Georgi são muitos os espaços alternativos de ensino. A proposta pedagógica está vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentável, por meio da produção livre de agrotóxicos. Os alunos podem desenvolver atividades práticas, como cultivo de alimentos e cuidados com os animais de criação. Tânia destacou também que os sonhos não se aprisionam, abordando que a inauguração dessa escola é resultado



da determinação e persistência de um conjunto de pessoas que acreditaram na possibilidade de construir um mundo melhor partindo da educação, mesmo diante das dificuldades.

A AGPTEA apoia o projeto e vê nas ações da escola de Campo em Caúna a aproximação do ensino com a realidade das crianças, a valorização dos saberes do campo, através do uso de espaços alternativos de ensino, como as plantações locais, o aprofundamento dos conhecimentos, relacionando-os com os produzidos fora do contexto rural, além de propiciar a abertura da escola para a participação ativa da comunidade. Com certeza temos aí uma outra forma de fazer a diferença no ensinar e aprender.

Para o prefeito Altair Copatti, o projeto de Escola do Campo é fundamental para que o êxodo rural diminua, pois atualmente os locais estão cada vez com menos habitantes, e uma iniciativa como esta vai trazer vida nova para a localidade. Segundo o prefeito, o investimento neste modelo revitaliza os espaços sociais, fomenta a comunidade a se manter ali e torna os investimentos mais justos e corretos, pois as ações melhoram a vida de um número cada vez maior de pessoas.

Desejamos vida longa
ESCOLA BEM VIVER!



Milho de pipoca que não passa pelo fogo continua a ser milho para sempre!

Assim acontece com a gente. As grandes transformações acontecem quando passamos pelo fogo.

Quem não passa pelo fogo, fica do mesmo jeito a vida inteira.

São pessoas de uma mesmice e uma dureza assombrosa. Só que elas não percebem e acham que seu jeito de ser é o melhor jeito de ser.

Mas, de repente, vem o fogo. O fogo é quando a vida nos lança numa situação que nunca imaginamos: a dor.

Pode ser fogo de fora: perder um amor, perder um filho, o pai, a mãe, perder o emprego ou ficar pobre.

Pode ser fogo de dentro: pânico, medo, ansiedade, depressão ou sofrimento, cujas causas ignoramos.

Há sempre o recurso do remédio: apagar o fogo!

Sem fogo o sofrimento diminui. Com isso, a possibilidade da grande transformação também.

Imagino que a pobre pipoca, fechada dentro da panela, lá dentro cada vez mais quente, pensa que sua hora chegou: vai morrer. Dentro de sua casca dura, fechada em si mesma, ela não pode imaginar um destino diferente para si.

Não pode imaginar a transformação que está sendo preparada para ela.

A pipoca não imagina aquilo de que ela é capaz. Aí, sem aviso prévio, pelo poder do fogo a grande transformação acontece: BUM!

E ela aparece como uma outra coisa completamente diferente, algo que ela mesma nunca havia sonhado.

Bom, mas ainda temos o piruá, que é o milho de pipoca que se recusa a estourar. São como aquelas pessoas que, por mais que o fogo esquente, se recusam a mudar. Elas acham que não pode existir coisa mais maravilhosa do que o jeito delas serem.

A presunção e o medo são a dura casca do milho que não estoura.

No entanto, o destino delas é triste, já que ficarão duras a vida inteira.

Não vão se transformar na flor branca, macia e nutritiva.

Não vão dar alegria para ninguém.

Extraído do livro
"O amor que acende a lua"
de Rubem Alves

AGROTÓXICOS: QUEM VAI PAGAR A CONTA?

Por *Silvia Machado* - Jornalista e Técnica em Agropecuária

Mais de meio século de luta ligam a primeira empresa de agrotóxicos brasileira aos dias atuais. O Engenheiro Florestal, Sebastião Pinheiro diz que foi em 1964, em pleno regime militar, a instalação em São André, SP, da primeira indústria do ramo e do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA). Ativista desde os 12 anos, quando salvou uma vizinha que tinha ingerido pó de gafanhoto, dando-lhe para engolir três ovos, Sebastião nunca parou de pesquisar sobre os pesticidas, e nem de brigar pelo uso excessivo. “Ficamos todos vítimas porque não existia democracia”, comenta.

De lá para cá ganharam algumas batalhas, perderam outras, até que conseguiram aprovar a Lei dos Agrotóxicos no País, em 1989. “É uma legislação perfeita, a melhor do mundo, eu diria, mas não tem fiscalização suficiente, portanto não funciona”. Desmotivado, Pinheiro diz que seu foco hoje são os produtos orgânicos, com preço justo. “É por aí que vamos avançar”, ensina. “É preciso formar cidadania e consciência, acabando de vez com a ignorância, alienação e consumismo. Só assim conseguiremos sustentabilidade”. “Não temos que nos preocupar com as porcarias que a indústria faz, a responsabilidade é dela”.

E para ilustrar, o Engenheiro conta que a União Europeia em 1986 lançou uma norma que todo agricultor para usar agrotóxicos tem que fazer 120 horas de curso, sendo que dessas, metade é para não usar o produto. “Se for falar isso numa reunião do Ministério, mandam tu se retirar”, desabafa.

Perspectivas Sombrias

Mas afinal, porque o Brasil ainda enfrenta esse problema e pior, desde 2008 é o campeão no consumo de agrotóxicos? Para Murilo Mendonça de Souza, Coordenador do GT Agrotóxicos e Transgênicos da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA esta é uma resposta que só pode ser pensada a partir de uma perspectiva histórica.

Segundo ele, o Brasil sempre foi submisso às tecnologias importadas e ao direcionamento do capital internacional. Com o pacote tecnológico da Revolução Verde, nos anos 1960, o consumo de agrotóxicos tem aumentado, elevando-se com o fortalecimento das corporações ligadas à indústria química para agricultura, a partir da década de 90. Força política, econômica e ideológica do Agronegócio no país, é a causa, especialmente relacionada com a bancada parlamentar ruralista que defende os interesses das indústrias no Congresso e agora vem com um projeto de flexibilização que

pretende abrir ainda mais as portas para que se contamine cada vez mais.

Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, o aumento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa. Segundo o Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) - um alerta sobre o impacto dos agrotóxicos na saúde, de 2015, 70% dos alimentos in natura consumidos no país estão contaminados por agrotóxicos. “Isso sem contar os alimentos processados, que são feitos a partir de grãos geneticamente modificados e cheios dessas substâncias químicas”, diz Karen Friederich, Biomédica e uma das organizadoras do trabalho. Conforme ela, mais da metade dos agrotóxicos usados no Brasil hoje são banidos em países da União Europeia e nos Estados Unidos.

Um peso e duas Medidas

E para engrossar o caldo o mesmo produto usado aqui no Brasil e na



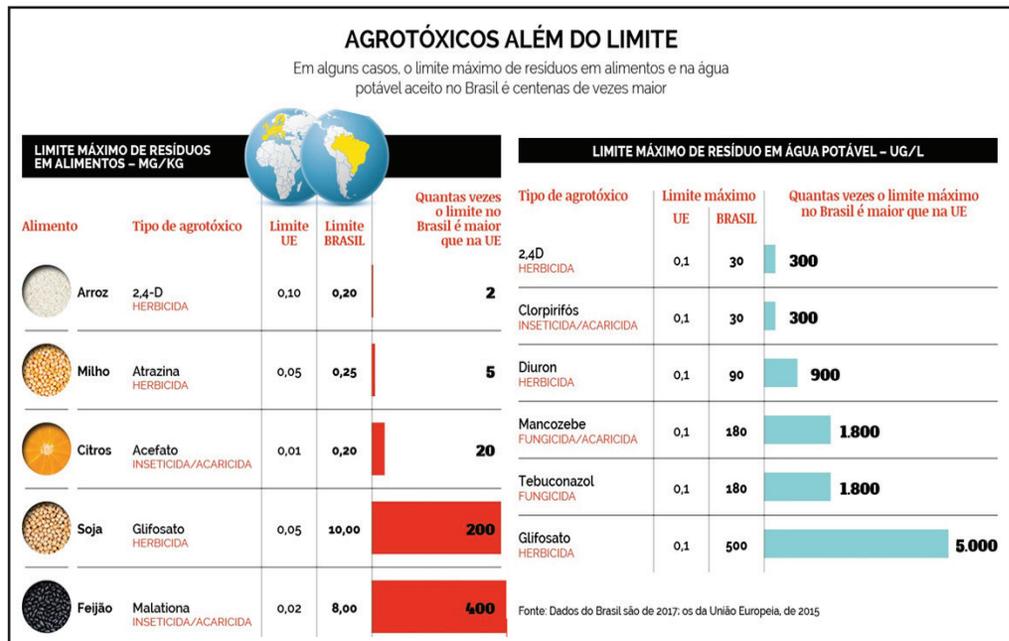
CAPA

União Europeia tem limites aceitáveis diferenciados de resíduos, na água e nos alimentos, criando um abismo. É o que constatou o estudo “Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia”, da pesquisadora Larissa Bombardi do Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo. A contaminação da água pela lei brasileira permite limite 5 mil vezes superior ao máximo que é permitido na água potável da Europa (ver quadro). No caso do feijão e da soja, o Brasil permite o uso no cultivo de quantidade 400 e 200 vezes superior. “Infelizmente, ainda não é possível banir os agrotóxicos, mas podemos questionar por que o governo brasileiro não usa parâmetros observados no exterior”, afirma Bombardi.

O relatório, “Segura esse Abacaxi – os agrotóxicos que vão parar na sua mesa”, feito pelo Greenpeace, em 2017, realizou testes toxicológicos em alimentos como mamão formosa, tomate, pimentão verde, café, banana nanica, feijão, entre outros e descobriu que 60% dos alimentos possuíam resíduos de agrotóxicos. 36% continham algum tipo de irregularidade, como agrotóxico não permitido para o alimento ou até proibido no Brasil, e diversos com resíduos de mais de um tipo de agrotóxicos.

Poder das Corporações

Infelizmente não dá para fechar os olhos ao ler no noticiário que a empresa BAYER, grupo farmacêutico e agroquímico alemão, comprou a empresa americana MONSANTO, no último mês. Ela vai controlar mais de um quarto do mercado mundial, tornando líder mundial de sementes, fertilizantes e pesticidas. Isso sem falar em outras fusões que ocorreram, restando de 4 a 5 empresas, dominando o ramo. É de assustar o grau de dependência que a humanidade começa a ter de algumas firmas. Os governos criam condições



políticas e legais que favorecem e ampliam o controle da indústria de agrotóxicos sobre o mercado.

No caso específico das sementes brasileiras, a preocupação de Murilo Souza, da ABA, é que após a aprovação do uso de sementes transgênicas no País, o consumo de agrotóxicos se intensificou. “Elas foram apresentadas com o discurso de que sua adoção diminuiria o uso de agrotóxicos e não foi isso que aconteceu. A resistência que surgiu às algumas variedades transgênicas de milho, por exemplo, demandou cada vez doses maiores de pesticidas”, divulga. Sem falar no resultado imprevisível das manipulações de gens entre espécies, que na natureza nunca se cruzariam naturalmente.

Contraponto

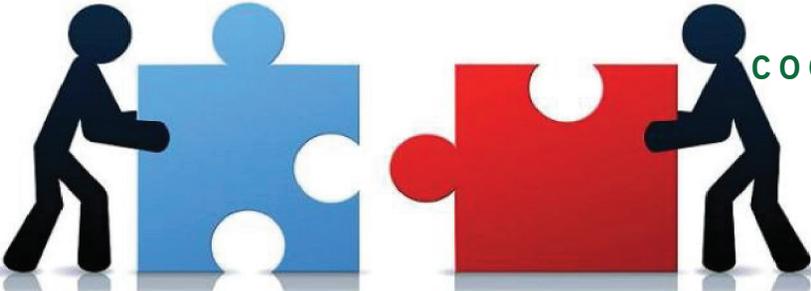
Mas as empresas do ramo não pensam assim. O Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (SINDIVEG), afirma que os defensivos agrícolas protegem as lavouras do ataque e da proliferação de pragas como fungos, bactérias, plantas daninhas, entre outros, garantindo que o alimento chegue à mesa da população em quantidade suficiente e segura, não afetando a saúde das pessoas, animais e meio ambiente.

Murilo Souza, da ABA, discorda com o termo “defensivo agrícola”. O

termo correto, conforme legislação (Lei 7.802/89) é Agrotóxicos. O uso da expressão busca relacionar o produto “a defesa da agricultura”, dando a impressão de algo inofensivo e que não faz tanto mal. “É na verdade uma tentativa de mascarar o verdadeiro efeito dos Agrotóxicos, facilitando a sua produção e venda”, destaca.

Ainda na versão defesa, o sindicato afirma que levando em conta a área de cultivo, o Brasil está em 7º lugar no emprego de defensivos agrícolas, num ranking de 20 países, ficando atrás Japão, Alemanha, França, Itália. Se a análise for pelo volume de defensivos utilizados por hectare, o país cai para 13º posição. Para eles não se pode confundir uso e consumo, um não é sinônimo do outro. A quantidade usada não é a mesma ingerida pelos consumidores. O clima tropical brasileiro, sujeito a diferentes temperaturas e humidade, é outro fato. Distinto de Países com clima temperado, com inverno rigoroso.

Polêmicas à parte, quem sofre mesmo é o consumidor. Este, não consegue ainda ter o discernimento necessário para entender o ciclo vicioso que o cerca. Só o que consegue perceber é que os alimentos estão diferentes, na característica, cheiro e sabor. Afinal, quem vai pagar essa conta?

COOPERAR É UM BOM NEGÓCIO

Apesar dos tempos bicudos, o cenário brasileiro está cheio de oportunidades de negócios. O problema está na concorrência. Aproveitar oportunidades e se destacar no mercado é o caminho.

Nesse sentido, somar esforços, dinheiro, equipamentos, vontade e desejo de várias pessoas torna tudo mais fácil, barato e possível. É cooperar para competir. Existem várias formas de empreendimentos coletivos e uma delas são as cooperativas de crédito.

Constituída como uma Instituição financeira, porém, sem fins lucrativos, presta serviços financeiros exclusivamente aos seus associados por meio de ajuda mútua. Nesse tipo de cooperativa os associados encontram os principais serviços disponíveis nos bancos, como conta corrente, aplicações financeiras, cartão de crédito, empréstimos e financiamentos. Tudo com um atendimento personalizado. Direitos e deveres iguais, independente da cota de participação no capital, adesão livre e voluntária. Igual a qualquer outro ramo de cooperativa.

O que as diferenciam das demais é a necessidade de autorização e supervisão do Banco Central do Brasil. No entanto, cumprindo todas as exigências, normas e leis respectivas a organização está apta a modificar vidas, comunidades e sistemas.

Mudança Concreta

Foi o que aconteceu no Município de São Roque de Minas, encravada na Serra da Canastra, onde nasce o rio São Francisco, em Minas Gerais. Era uma cidade praticamente

isolada, estradas precárias, pontes de madeira que não ofereciam segurança. O carro de boi movia a economia local, totalmente de subsistência, com o cultivo de milho, café, mandioca, arroz, feijão. O Leite produzido na pecuária leiteira era destinado basicamente para produção artesanal do famoso queijo da Serra da Canastra, comercializado pelos queijeiros, em São Paulo. Até aí tudo igual a muitas cidades perdidas no mapa do País.

A mudança veio com a criação da Cooperativa de Crédito, batizada com o nome do lugar (SAROMCREDI), depois que extinguiram a única instituição financeira local, em 1991. Foi a morte da cidade de São Roque de Minas, diz o Presidente João Carlos Leite, pois toda a economia teve que ser transferida para cidades vizinhas, o que significava uma distância de 70 a 75 quilômetros de estrada de chão. “O que queríamos era um mínimo de dignidade no que diz respeito a serviço bancário, como compensar um cheque, fazer um depósito em poupança, pagar luz, água e telefone. No final conseguimos bem mais que isso,” enfatiza o Presidente.

Em 1994, com o Plano Real, começaram as operações de crédito para o cultivo de milho e café dos associados. Investimento na produção, gerou emprego, renda, depósito e mais operações de crédito. Esse movimento, desde então, nunca mais parou. Os recursos captados foram aplicados no próprio município, alavancando o desenvolvimento econômico e social. A cidade, que no passado era exportadora de mão de obra, passou a ser importadora. O PIB do município só aumenta.

Uma história de sucesso e superação. Como um patrimônio líquido estimado em 40 milhões, 25.500 mil associados, já se tornou regional, presente em 10 municípios, num raio de 320 km. Mesmo assim, não perdeu suas origens cooperativas. É mantenedora do Instituto Ellos de Educação, escola local de ensino básico e médio, através da Cooperativa Educacional, fomentando os preceitos cooperativos, incentivando projetos, auxiliando no empreendedorismo dos estudantes. “É a menina dos olhos de ouro”, enfatiza Leite



Estatísticas criam gigantes

Não é à toa que hoje as cooperativas de crédito são um dos ramos que mais avançam. Taxas de juros, diferenciação no tratamento e as facilidades, são os atrativos.

Num banco normal o cliente é só mais um número, na cooperativa, além de dono ele é uma pessoa. Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) divulgam que nos últimos cinco anos, as cooperativas de crédito cresceram 21% ao ano. Ritmo superior ao dos grandes bancos (14% aa) e dos médios (15% aa). Ainda é fato que o Banco do Brasil, Itaú, Caixa, Santander, Bradesco e HSBC, juntos, detêm 74% dos ativos financeiros e as cooperativas de



COOPERATIVISMO

crédito somam 3%, mas o ritmo de mudança está acelerado.

Diante desse quadro, o cenário vai criando gigantes, como o SICREDI, ou melhor o Sistema Sicredi. Um modelo que filia cooperativas de crédito, criando ramificações e assim, ampliando a união. Uma lógica que permite ganhos de escala e aumenta o potencial das cooperativas de crédito para exercer a atividade em um mercado de grandes conglomerados financeiros. De acordo com a assessoria de imprensa Central Sicredi Sul/Sudeste, hoje são 117 cooperativas de crédito no Brasil filiadas, operando uma rede de atendimento com mais de 1.519 agências em 22 estados, gerando 22,8 mil empregos diretos em 1.215 municípios do país, sendo que em 204 deles, é a única instituição financeira presente. Hoje, segundo a assessoria já são mais de 3,7 milhões de associados que votam e decidem sobre os rumos das cooperativas de crédito. “Somos feitos por pessoas e para pessoas”, esse é o lema.

É uma estrutura inchada. Para cada mil pessoas existe um gerente, quase o dobro do oferecido pelos bancos tradicionais, mas o resultado dessa abundância aparece na fidelização da freguesia, e no enorme volume de produtos que ela compra. Num banco convencional, a média é de quatro produtos adicionais vendidos por correntista. No Sicredi, um único associado tem até nove itens do portfólio, entre seguros e consórcios, por exemplo. E como todos participam do quadro social, com direitos e deveres claros em relação ao grupo, há um forte compromisso quanto à tomada e ao pagamento

dos empréstimos. Como resultado, a inadimplência do Sicredi em 2015 ficou em 2,4% – é quase a metade da média do mercado. Os juros mais baixos também ajudam a manter a clientela no azul. Comparados à média de mercado, eles são 4,5 pontos percentuais, em média, mais baixos no crédito pessoal, cheque especial e no cartão de crédito.

É difícil entender como um banco que aceita todo mundo, independentemente da renda, empresta dinheiro a rodo, cobra juros menores e diz que não liga para lucro, tem solidez financeira para operar. O segredo está nos diferenciais competitivos que os bancos convencionais não têm. Um deles é a lealdade, onde o cliente é capaz de sugerir o banco a outras pessoas. O outro é a história da cooperativa que geradas em comunidades específicas cria um vínculo umbilical.

Cooperativa de Crédito Especializada

E nessa caminhada as cooperativas vão se especializando. É o caso do Sistema Cresol Baser, em Francisco Beltrão, sudoeste do Paraná, que optou, há 23 anos, em incluir famílias agricultoras ao sistema financeiro nacional. Com esta atitude, gerou renda nas propriedades, fortaleceu a agricultura familiar e a economia dos municípios onde atua, tornando-se referência em crédito solidário.

O Diretor Executivo Luiz Ademar Panze, explica que a realidade da agricultura familiar na década de 1990 era de total descaso por parte das instituições financeiras tradicionais. A Cresol surgiu como

uma alternativa a esse segmento. Tem muito a ver com as organizações sociais do campo, o que fez com que a atuação inicial se desse com esta categoria. Hoje, com a experiência adquirida, já não faz distinção entre o segmento urbano ou rural e expandiu para outros grupos.

Segundo o Diretor, ser uma cooperativa solidária é oportunizar condições de acesso as políticas de crédito e soluções financeiras, independente da condição econômica. Os resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados, sem distinção de gênero, idade e raça considerando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Atualmente são mais de duzentas mil cooperadas em nove estados. “Crescemos muito, mas para nós o mais importante não é distribuir as sobras ao final do exercício, e sim, gerar desenvolvimento aos cooperados, preservando a sustentabilidade institucional, prevalecendo o profissionalismo”, finaliza Panze.

Outro belo exemplo de cooperativa é a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Professores Estaduais da Região Metropolitana de Porto Alegre (EDUCREDI). Criada em 2002, une hoje, em torno de 850 associados na mesma causa, ou seja melhorar as condições financeiras de uma categoria que sofria e ainda sofre com baixos salários

Por *Silvia Machado*

*Jornalista e Técnica em Agropecuária
Crédito Fotos: Cresol e Saramcredi*



O Famoso queijo da canastra



Investimento na agricultura familiar



Investimento na agricultura familiar

TARCÍSIO MINETTO

Considerando a trajetória profissional com larga experiência no apoio, especialmente, na agricultura familiar e no cooperativismo, tanto na teoria como na prática, nesta edição, o Secretário do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, Tarcísio Minetto, compartilha com os leitores da Letras da Terra, sua experiência como Secretário de Estado.



LT: Para iniciar, o que o Senhor destacaria como suas maiores contribuições, até o momento, em relação às ações com as cooperativas, inclusive as pequenas oriundas da agricultura familiar?

SECRETÁRIO: Vivemos um período bastante desafiador na gestão pública, muito em razão da escassez de recursos, mas creio que conseguimos realizar muito neste período. Entre outras, preservamos o diálogo permanente para encaminhar soluções a demandas setoriais e especiais. Mantemos o Programa de Extensão Cooperativa (PEC), que prestou serviços a cerca de 500 cooperativas, através da EMATER. Em convênio com o governo federal, já aplicamos cerca de R\$ 20 milhões do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), adquirindo e doando gêneros alimentícios de cooperativas da agricultura familiar para 58 unidades prisionais em 37 municípios, envolvendo cerca de 50 cooperativas e a produção de 2,5 mil famílias. E, por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), são financiadas pequenas cooperativas que tenham produtores com Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP) em seu quadro, além de equipamentos e outros itens contemplados nas normas do Feaper.

LT: Especificamente sobre o tema Agroindústria, sabemos que a SDR

tem programas de qualidade que oferecem a inclusão de muitos agricultores por meio da transformação de sua produção. Poderia descrever como se dá este processo?

SECRETÁRIO: O Programa de Agroindústria Familiar (Peaf) é um desses, pois facilita a implantação e a legalização de agroindústrias familiares no RS. Entre elas estão o apoio para obtenção de crédito junto Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper), serviços de orientação para regularização sanitária e ambiental das agroindústrias até layout de rótulos de produtos. Também proporcionamos cursos de qualificação nas áreas de gestão, boas práticas de fabricação e processamento dos alimentos. Orientamos para implantação e adequação dos Serviços de Inspeção Municipais (SIM) e acesso dos municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (Susaf) e ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi/POA). O Estado também auxiliou municípios a montarem suas feiras de produtores e viabiliza com recursos a montagem de espaços da agricultura familiares em eventos, como Expodireto, Expointer, entre outras. Até o momento, apoiamos mais de 100 feiras, oferecendo 2.867 espaços de comercialização para agroindústrias

familiares legalizadas. Recentemente mudamos o Manual do Feaper para poder beneficiar agroindústrias das escolas agrícolas.

LT: Sabemos que a SDR mantém um Programa de Bolsa Juventude Rural desde 2013, com o objetivo de manter o Jovem na área rural, além de bolsas para alunos de escolas agrícolas. Gostaríamos que falasse um pouco no que consiste esse Programa, quais as avaliações positivas ou negativas ao longo dos anos, e se este programa está atingindo seus objetivos?

SECRETÁRIO: O programa teve início em 2017. A ideia é dar oportunidade e condições de acesso e permanência de jovens no Ensino Médio e de implantação de projetos produtivos sustentáveis, estimulando a sucessão nas propriedades rurais familiares. É destinada a jovens matriculados no 2º e 3º anos, entre 15 e 29 anos, com DAP ativa e baixa renda bruta familiar. O bolsista recebe um valor de R\$ 200 mensais, por 10 meses, por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (Feaper). Em 2017, foram 259 estudantes beneficiados, abrangendo 64 escolas de 59 municípios. Em 2018, foram habilitados 495 estudantes, com a aplicação de cerca de R\$ 1 milhão no programa. Pretendemos financiar, por meio do Feaper, os melhores projetos aprovados pelos alunos contemplados com o Bolsa.

ENTREVISTA

LT: Dentro da realidade constante de êxodo rural, na sua opinião, quais as ações que deveriam ser ainda mais fortalecidas para incentivar a Sucessão Rural pelos jovens?

SECRETÁRIO: A industrialização da produção, por meio de agroindústrias, é um dos caminhos. Mas para isso, os pais têm que dialogar com os jovens e os inserirem nas conversas e decisões sobre a propriedade. Temos inúmeros exemplos de que os resultados da propriedade familiar melhoram quando o jovem ganha voz. Um programa que tem levado uma nova dinâmica na condução dos negócios é Programa Gestão Sustentável da Agricultura Familiar, coordenado pela SDR e executado pela Emater. Os extensionistas da Emater fazem um diagnóstico da real situação da propriedade e elaboram um planejamento, tudo pactuado com a família, para que as mudanças sejam implementadas e gerem resultados. O programa foi lançado em 2016 e, desde então, já elaborou cerca de 7 mil planos de gestão e adequação socioeconômica e ambiental; sendo que cerca de 2,3 mil planos estão em implantação e 687 unidades de referência tecnológica foram implantadas e acompanhadas.

LT: A EMATER foi integrada à SDR com um foco mais voltado às ações da agricultura familiar. Como o Senhor vê essa questão e na sua avaliação isso trouxe quais vantagens e ou desvantagens?

SECRETÁRIO: É dever do Estado apoiar quem mais precisa, e nosso governo tem esse entendimento, pois acredita que o fortalecimento gera desenvolvimento e incentiva a permanência da família, produzindo no campo. Para executar esta política pública, contrata a EMATER, que tem como foco atender às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas,

pescadores artesanais, indígenas e assentados, prestando assistência técnica e extensão rural gratuita.

LT: Gostaríamos que o Senhor fizesse uma análise sobre as ações, projetos e programas voltados para a agricultura orgânica. Se o setor tem avançado ou não, quais os maiores desafios e avaliações ao longo da sua administração?

SECRETÁRIO: Lançamos em 2016 o Rio Grande Agroecológico, que é nosso Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (Pleapo), com ações a serem aplicadas no período 2016-2019, que contou com a colaboração de 42 entidades. Na prática, o Rio Grande Agroecológico está apoiando projetos produtivos e de apoio à comercialização de alimentos orgânicos financiados, encontros de capacitação de agricultores e técnicos em agroecologia, oferecendo assistência técnica e extensão rural em agroecologia, apoio a projetos de pesquisa e extensão em agricultura de base ecológica, eventos de trocas de sementes crioulas, mudas, feiras e eventos para a promoção e comercialização de alimentos orgânicos. Outras ações importantes são a criação de espaço para alimentos orgânicos na Ceasa, vinculada da SDR e o GT Alimento Seguro, criado pela SDR e coordenado pela Ceasa, para mitigar o uso de agrotóxicos nos hortifrutigranjeiros. O desafio é vencer etapas, desde a produção, passando pela certificação e a comercialização

LT: Na sua visão, a existência de duas secretarias (SDR e SEAPI) voltadas ao setor primário contribui ou oferece sombreamento de ações governamentais?

SECRETÁRIO: Temos convicção de que a existência de duas secretarias é salutar para o setor primário, que

é o motor do desenvolvimento do Estado e do País. Nós temos trabalhado em sintonia com a Seapi, buscando a transversalidade de ações. O governador Sartori tem dito que um dos acertos de sua gestão foi ter mantido a SDR, que atende especificamente a diversidade de públicos da agricultura familiar, que precisa de um atendimento diferenciado, e do cooperativismo.

LT: Considerando que já estamos no último ano do governo, qual seria, hoje, sua avaliação como Secretário nesse período. O que sua secretaria projeta como ações de médio e longo alcance, ou seja, para além deste governo?

SECRETÁRIO: Tenho convicção de fizemos muito, mesmo com restrições orçamentárias. Muitas das nossas ações tornaram-se políticas de Estado, e não de governo, e acreditamos que serão mantidas, pois têm resultados inquestionáveis para a evolução da agricultura familiar, um segmento que responde por 85% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa apenas 30% da área total cultivada no Estado. Somente o Programa Troca-Troca de Sementes forneceu 940 mil sacas de sementes de milho e sorgo para 360 mil produtores rurais, ligados a cerca de 500 entidades. Até agora, o total contratado foi de mais de R\$ 134 milhões, sendo que mais de R\$ 32 milhões foram subsidiados pelo Estado. Somada a essa e outras ações, desde o começo deste governo os valores aplicados em assistência técnica e extensão rural, por meio da Emater, superam R\$ 600 milhões. Ainda executamos convênios com vários ministérios, como da Integração Nacional, Desenvolvimento Social e Secretaria Especial da Agricultura Familiar, entre outros, com pagamentos de mais de R\$ 80 milhões entre investimentos produtivos e apoio à infraestrutura no meio rural.

GRUPO DE ESTUDOS EM SAÚDE DO SOLO

A história da Agricultura do Brasil é um tema que pode não despertar a atenção da nova geração, fazendo com que a compreensão dos acontecimentos ao longo do tempo fique confusa. A maioria dos artigos e publicações sobre essa temática abordam pacotes tecnológicos, proporcionando informações e dados que potencializam os aspectos econômicos e não atendem a construção da Ciência. Por isso, muitas empresas acabam dominando tecnologias, e usufruindo do conhecimento, muitas vezes produzidos por instituições governamentais.

Estudar as dinâmicas dos processos históricos da agricultura brasileira, proporciona conhecimentos dos fatores que construíram nossa realidade agrícola. Ao mesmo tempo, a busca pelo estudo da história, proporciona ao indivíduo condições para evoluir a ciência e, conseqüentemente, encontrar alternativas para as problemáticas que o cercam e as que poderão o cercar.

Ao longo da história, até os dias atuais, o homem adotou e continua adotando diversas técnicas para a produção de alimentos, sendo aplicadas tanto como práticas conservacionistas ou como degradantes na produção de alimentos.

Contudo, com o crescimento populacional, alguns profissionais das Ciências agrárias estão preocupados em desenvolver sistemas produtivos mais sustentáveis que minimizem os impactos ambientais. Além disso, buscam aumentar a produtividade por hectare, para atender a demanda da humanidade por alimentos.

Neste sentido, é necessário compreender a interação da vida do solo, para a adoção de técnicas que proporcionem condições para que a microvida se desenvolva e estabeleça a produção de húmus para o solo. Assim, a cromatografia de Pfeiffer surge como alternativa para estudo da saúde do solo.

A Escola Estadual de Ensino Médio Gastão Bragatti Lepage, possui um laboratório de estudos de saúde do solo, que busca estudar as interações da microvida do solo e suas

interações minerais, com intuito de estudar os processos complexos que acontecem no solo. Neste sentido, foi criado um grupo de estudos composto por alunos de primeiro e segundo ano, orientado por um docente da escola, que possui como objetivo analisar a saúde do solo do setor de práticas pedagógicas da escola, assim como, oportunizar para a comunidade escolar o desenvolvimento da técnica.

A CROMATOGRAFIA DO SOLO DE PFEIFFER

Com a péssima qualidade da alimentação e alto uso de fertilizantes na agricultura alemã, Rudolf Steiner, um filósofo Croata coordenou estudos para apresentar soluções. Nesta busca, o Casal Eugen e Lily Kolisko, se apresentaram para procurar soluções. Eles utilizaram a técnica da cromatografia descoberta pelo botânico russo Mikhail Tswett, técnica esta, que consistia em uma coluna de vidro cheia de um pó fino inerte. Ao passar nesta coluna qualquer mistura de substâncias era separada por meio de solventes líquidos.

O casal russo, Nicolai Izmailov e Maria Schraiber, substituiu a coluna de vidro, difícil de encher, e

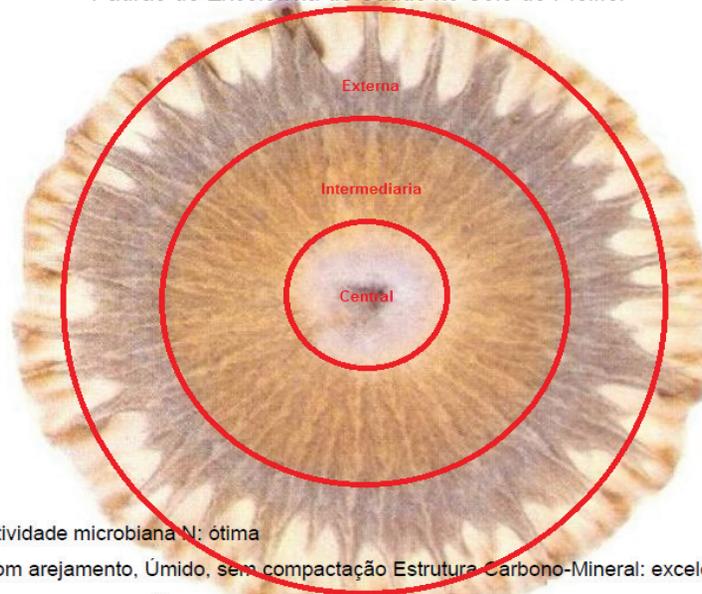
padronizar por folhas de papéis de filtro, e as substâncias misturadas também separavam e permaneciam como documento em auto registro. Segundo Pinheiro (2011), o jovem químico Dr. Ehrenfried Pfeiffer (1899-1961), foi um dos pesquisadores que se apresentou para somar nas pesquisas. Ainda o autor, enfatiza que o químico percebeu que a complexidade da fertilidade do solo, era fruto da ação dos micróbios e as complexas moléculas orgânicas e inorgânicas, então para compreender este universo se pôs a estudar microbiologia.

Pfeiffer formulou a Teoria da Vitalidade do Solo, baseada na diversidade de microrganismos que em suas membranas transformam orgânico em mineral e vice-versa, onde entropia volta à energia livre que realiza trabalho e se transforma em entropia, para que os autotróficos transformem o gás carbônico de excreção, em matéria orgânica para sua alimentação.

Como meio de verificar a saúde do solo, Dr. Pfeiffer reformulou a análise por meio da cromatografia, transformando-a em uma análise mais fácil de ser efetuada, porém, seguiu os princípios do casal russo, usando folhas de papel filtro para

Zonas de um cromatograma.

Padrão de Excelência de Saúde no Solo de Pfeiffer



- ZC ● Atividade microbiana N: ótima
- ZI ● Bom arejamento, Úmido, sem compactação Estrutura Carbono-Mineral: excelente
- ZE ● Dentes em formação ("bombas") indicam uso recente de M.O ainda em decomposição

Fonte: Pinheiro, 2011, adaptado, Pires Júnior, 2016.

ARTIGO

obter resultados. Além disso, Pfeiffer passou a usar duas soluções, uma com soda caustica (solução extratora) e a outra com nitrato de prata (solução reveladora), essas, que quando em contato com a amostra de solo desempenham funções específicas. Em um cromatograma, busca-se interpretar a qualidade do solo em análise, pela distinção de cores e desenhos que nele estão presentes. No cromatograma, podemos destacar três zonas, central, intermediária e externa, veja na imagem anterior. Segundo Rivera e Pinheiro (2011), a zona central caracteriza-se por mostrar se o solo tem oxigênio, Devido ao uso das máquinas de grande porte, é comum haver muitos cromatogramas que não apresentam bons níveis de oxigênio. Para a zona interna, os autores enfatizam que ela é responsável por nos mostrar os níveis de minerais presentes no solo, além, de deixar claro, se o solo é compactado ou não. Temos ainda a zona externa, onde se localiza a matéria orgânica, vale destacar, que é necessário haver uma ótima relação entre ambas as partes, somente assim teremos um solo bem estruturado.

CONSIDERAÇÕES

Além do estudo da saúde do solo, o grupo busca através da exposição dos resultados encontrados, motivar os alunos e professores a trabalharem de forma multidisciplinar, enriquecendo as discussões e resultados. É importante destacar, que o professor Sebastião Pinheiro tem contribuído muito no auxílio a pesquisa ao nosso grupo, e também ao grupo de trabalho da Escola Técnica em Agricultura/Viamão juntamente com Prof. Valdecir Carpenedo. É através do trabalho em rede e troca de saberes que a escola Gastão Bragatti Lepage tem buscado propiciar aos seus alunos uma construção do conhecimento mais sólida.

Prof. José Luiz dos Santos Pires Júnior

Prof. em Agroecologia e Extensão Rural,
Mestrando em Desenvolvimento Rural/UFRGS,
Docência no Ensino técnico, Especialista em
Agroecologia, Tecnólogo em Desenvolvimento
Rural, Técnico em Pecuária

A JANELA DO VIZINHO PODE ABRIR PARA O MEU QUINTAL?

O Código Civil brasileiro proíbe que o dono de uma construção, seja prédio ou casa, faça janela, eirado, terraço ou varanda com visibilidade frontal a menos de um metro e meio da construção do vizinho, de acordo com o artigo 1.301. Registra-se que a distância é calculada a partir da linha divisória, não do edifício vizinho propriamente dito.

Em caso de violação do referido limite de construção, a lei permite que o proprietário lesado embargue a obra nova, ou seja, a janela e demais modalidades de abertura podem ser demolidas ou tampadas, conforme dispõe o artigo 934, inciso I, do Código de Processo Civil.

Ainda, o proprietário lesado pode exigir o desfazimento da janela, sacada, terraço, etc., somente até o prazo de um ano e um dia após a conclusão da obra. Caso não seja feita a exigência dentro do referido prazo, o proprietário que se sentiu lesado perde o direito de reclamar, firmando-se o direito do vizinho que construiu a janela.

Entretanto, os tribunais têm admitido a abertura de janelas a menos de um metro e meio, quando entre os prédios existe muro alto. Além dessa, existem outras hipóteses no próprio Código Civil, como no artigo 1.301, parágrafo 1º, em que é permitido para janelas com visão lateral, que não invadam a privacidade do vizinho, o limite

legal de 75 centímetros. Ademais, também é permitida na lei a abertura de janelas para luz ou ventilação, desde que não maiores de dez centímetros de largura sobre vinte de comprimento, bem como que sejam construídas a mais de dois metros de altura de cada piso. Por fim, há a Súmula 120 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe: "Parede de tijolos de vidro translúcido pode ser levantada a menos de metro e meio do prédio vizinho, não importando servidão sobre ele". Logo, admite-se a construção de janelas a menos de metro e meio quando tapadas com vidros opacos e que não permitam o devassamento, devendo, para tanto, ser observada também a Súmula 414, que estabelece: "Não se distingue a visão direta da oblíqua, na proibição de abrir janela, ou fazer terraço, eirado, ou varanda, a menos de metro e meio do prédio de outrem".

Para maiores dúvidas ou esclarecimentos, entre em contato pelo e-mail juridico@fortinivolcato.com.br



Vitória Volcato da Costa
OAB/RS 107.044

PODE, SE RESPEITADA A DISTÂNCIA MÍNIMA ESTABELECIDA NO CÓDIGO CIVIL.



NOVA DIRETORIA DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE ENSINO AGRÍCOLA - FENEA

Há vários anos a categoria dos professores de Ensino Agrícola dos Estados Brasileiros vêm buscando uma maior interação e intercâmbio. Por muitos anos, por iniciativa do saudoso professor Luiz Calvete Corrêa, tivemos a CBPEA (Confederação Brasileira dos Professores de Ensino Agrícola) que, sob sua liderança organizou alguns Encontros Nacionais. No entanto esta entidade só se constituiu juridicamente a partir de 2011.

A FENEA surgiu como uma proposta para aqueles que se dedicam à docência e à gestão no Ensino Agrícola e querem somar ideias, projetos e esforços na concretização de seus planos e para isso precisam de um alcance maior e mais duradouro do que iniciativas individuais.

Em alguns estados os professores já têm suas representações estaduais, como Santa Catarina – CONEA, Rio de Janeiro – APLICA e o Rio Grande do Sul, onde a AGPTEA fomentou o projeto de constituir novamente uma entidade nacional para congregar os colegas de todas as regiões e, a partir disso, obter maior verticalidade nas relações. Nos demais Estados as associações e sindicatos dos Técnicos Agrícolas tem apoiado ações junto às escolas e tomado frente na luta pela melhoria da qualidade do ensino.

José Carlos Brancher, então professor do Instituto Federal Catarinense foi o primeiro presidente, eleito da Federação Nacional de Ensino Agrícola (FENEA), durante o XXVI Encontro Estadual de Professores, em Torres, RS. Desde então, os integrantes da equipe gestora, organizaram a base da FENEA, divulgando-a País a fora.

Chegou a vez de passar o bastão adiante e uma nova diretoria foi eleita na manhã do dia 25 de maio de 2018, durante o III CONEA - VI CETASC e XI ENEASC na cidade de Concórdia – Santa Catarina. O professor Fritz Roloff, presidente da AGPTEA, assumiu a presidência, com o compromisso de avançar com a regularização da documentação que ainda está pendente, divulgar a necessidade de integração cada vez maior com o novo Conselho dos Técnicos Agrícolas criado neste ano de 2018, onde os professores certamente cumprirão papel fundamental no fortalecimento das ações no cumprimento do seu papel. A FENEA é uma entidade associativa, sem fins lucrativos, apartidária, sem vínculo religioso, autônoma e com personalidade jurídica, com tempo de duração indeterminado, tendo sua sede à Av. Getúlio Vargas, nº 283, bairro Menino Deus, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.



Instituição de natureza assistencial, educacional, agrícola, técnica, tecnológica, científica e cultural e tem como objetivo principal promover a pesquisa, estudo e ações nas áreas assistencial, educacional, técnica, tecnológica, agrícola, científica e cultural. Além de incentivar a união de associações, sindicatos, escolas, professores, técnicos e alunos da área social, educacional, cultural, técnica e tecnológica.

Concurso Bandeira da Agptea

Em comemoração aos 50 anos da Associação, estamos lançando o concurso de criação da bandeira da Agptea, participe!!

- ✓ Poderão participar todos os professores associados, seus cônjuges, filhos e seus alunos.
- ✓ Devem ser usados símbolos que representem a associação e seus pilares: Ensino técnico, Sustentabilidade e Cooperativismo

- ✓ As cores a serem usadas devem ser as presentes no logo da AGPTEA.
- ✓ A proposta pode ser apresentada à mão livre ou em formato digital
- ✓ O desenho deve ser acompanhado de legenda explicativa sobre o que está sendo representado na bandeira
- ✓ Os desenhos deverão ser entregues em folha A4;
- ✓ A data limite para a entrega será até às 17 horas do dia 30 de abril de 2019.
- ✓ O regulamento completo está no site da AGPTEA (www.agptea.org.br)

Prêmio: A premiação acontecerá no dia 02 de julho de 2019, aniversário de 50 anos da AGPTEA.

NOVO CONSELHO PROFISSIONAL PARA OS TÉCNICOS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS DO BRASIL

“A criação do Conselho profissional dos Técnicos representa não somente mais uma conquista histórica, mas repara também uma injustiça histórica, marcada por perseguição, discriminação e cerceamento da liberdade no que tange ao exercício profissional do técnico agrícola (respeito à Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985). Este sonho só foi possível graças ao intenso trabalho desenvolvido pelas entidades representativas dos técnicos Agrícolas e Indústrias como ATABRASIL, FENTEC, OITEC e o trabalho desenvolvido por alguns poucos mas valiosos parlamentares”. Constroeu a Lei que cria o Conselho profissional dos Técnicos Industriais e Agrícolas.

Após quatro décadas de luta o Governo Federal sanciona, em 26 de março de 2018, a Lei Federal no 13.639/2018 que cria o Conselho Federal dos Técnicos Industriais, o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas e os respectivos Conselhos Regionais. A partir da regulamentação da respectiva lei e a criação dos respectivos Conselhos Regionais, os Técnicos Industriais e Agrícolas deixam de fazer parte do Sistema Confea/Crea.

Os conselhos federais e regionais terão como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional das respectivas categorias. Os conselhos regionais serão denominados Conselho Regional dos Técnicos Industriais e Conselho Regional dos Técnicos Agrícolas, com acréscimo da sigla da unidade federativa ou da região geográfica correspondente. Terão sua estrutura e seu funcionamento definidos em regimento interno próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros.

Destaque para o Artigo 16 que institui que o trabalho de atuação compartilhada com outras profissões regulamentadas será objeto de

Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), mediante recolhimento da taxa pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável, que não poderá ser superior a 50 reais. Segundo o Artigo 26, caberá a cada conselho retificação para o exercício das atividades de técnico industrial ou de técnico agrícola, sendo que o registro habilitará o profissional a atuar em todo o território nacional.

Quanto à área de atuação, o Artigo 31 diz que o Conselho Federal dos Técnicos Industriais e o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalharão, observados os limites legais e regulamentares, as áreas de atuação privativas dos técnicos industriais ou dos técnicos agrícolas, conforme o caso, e as áreas de atuação compartilhadas com outras profissões regulamentadas. Na hipótese de as normas do Conselho Federal dos Técnicos Industriais ou do Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas sobre área de atuação estarem em conflito com normas de outro conselho profissional, a controvérsia será resolvida por meio de resolução conjunta de ambos os conselhos.

De acordo com a lei aprovada, o Sistema Confea/Crea deverá, no prazo de 90 dias, entregar o cadas-

tro de profissionais de nível técnico ao Conselho Federal dos Técnicos. Cabe a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) coordenar o processo eleitoral para criação do Conselho Federal da categoria. Neste período, os técnicos continuam com seus registros válidos junto aos CREAs – Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia de seus respectivos estados e devem cumprir normalmente suas responsabilidades para o exercício profissional, como pagamento das anuidades, emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica e solicitação da CAT – Certidão de Acervo Técnico.

De acordo com o artigo 34 da referida lei, caberá à CNPL, em articulação com as federações, os sindicatos e as associações técnicas, coordenar o primeiro processo eleitoral.

Luiz Roberto Dalpiaz Rech – Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas do RS



Proteção Automotiva

Não faça seguro do seu automóvel
sem antes consultar a nova
parceria da 



Para maiores informações ligue para 51 3191.1111
Whatsapp 51 98466.6888 com Rafael


TOPPREV
proteção veicular 24h

PROJETO DE ESTUDANTES DA ESCOLA RURAL DE OSÓRIO QUE RECEBEU PATROCÍNIO DA AGPTEA RECEBE PREMIAÇÃO EM FEIRA CIENTÍFICA NOS ESTADOS UNIDOS!



Dentre os jovens que representam o futuro da ciência e tecnologia do Rio Grande do Sul, os alunos Filipi Mesquita Machado, Kauê Mesquita da Silva e Valmor Rosa de Araújo, do curso Técnico em Agropecuária da Escola Rural de Osório, se destacaram na Genius Olympiad 2018, recebendo premiação de Menção Honrosa. A feira internacional, organizada pela Universidade do Estado Nova York, em Oswego, nos Estados Unidos, reuniu cerca de 1200 estudantes do Ensino Médio, de 73 países distribuídos em 955 projetos de ciência sobre sustentabilidade ambiental, além de projetos de arte e robótica.

O evento por reunir uma grande quantidade de países teve diversos momentos de integrações culturais em que os alunos interagiram com culturas de todos os continentes. Além disso, a feira levou seus participantes às Cataratas do Niágara, umas das maiores quedas d'água do mundo, experiências que ficarão marcadas para sempre na vida desses estudantes.

Acompanhados das orientadoras, as professoras Kátia Airoldi e Juliana Hogetop, os gaúchos de Palmares do Sul e Mostardas se credenciaram para a competição internacional, que aconteceu entre 11 e 16 de junho, depois de ganharem o primeiro lugar no quesito inovação científica e no eixo ciências agrárias na última Feira Brasileira de Iniciação Científica (FEBIC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Iniciação Científica, em Santa Catarina, em outubro do ano passado.

O projeto intitulado Hidrogel e Microrganismos: uma interação sustentável consiste na produção e utilização de um hidrogel biodegradável no cultivo de plantas. O processo diminui o volume de água para irrigação em 50%, colaborando com o meio ambiente e os recursos hídricos.

São projetos assim que a AGPTEA estará apoiando sempre, pois não apenas realizam sonhos de alguns. Mudam não só as ações numa escola, mas de toda a comunidade escolar, mostrando que lutar por um



ideal é possível.

Em conversa os alunos relataram: "Agradecemos a todas as pessoas que nos ajudaram contribuindo de alguma forma, pois só conseguimos realizar esse sonho graças à ajuda de muitas pessoas, incluindo a AGPTEA. Fica provada aqui a eficiência do ensino agrícola no desenvolvimento da pesquisa, que é um dos caminhos que possibilitam vivências extraescolares. Ficamos muito felizes por levantar essa bandeira e representar nosso país".

DICAS

RECEITAS DA TERRA



A batata doce é um tubérculo e se distingue pelo seu sabor adocicado. Teve origem na América Central e é uma raiz consumida desde a pré história pelo Homem. Cristóvão Colombo levou a batata doce para a Europa após a sua primeira viagem à Terra Nova em 1492 e desde então seu cultivo se espalhou pelo mundo. Houve um período em que seu consumo foi reduzido e chegou a ser usada apenas como alimento para animais. Mas hoje, após alguns estudos e a busca por uma vida saudável a batata doce vive seus dias de glória.

Veja alguns dos principais benefícios da batata doce para a saúde:

1. Facilita o **aumento de massa muscular**, fornece a energia para a prática de exercícios;
2. **Ajuda a controlar a diabetes** pois tem baixo índice glicêmico;
3. **Emagrece** pois diminuir o apetite;
4. **Fortalece o sistema imunológico** porque tem grande quantidade de vitamina A;
5. **Melhora o funcionamento do intestino**, pois é rica em fibras.



Carne moída com batata doce refogada

Ingredientes

150 gramas de carne moída;
200 gramas de batata doce (1 unidade média) picada em cubos;
3 dentes de alho picados;
1 cebola média em cubos médios;
2 colheres de sopa de óleo de girassol ou de sua preferência;
Sal e Pimenta moída;
Salsinha ou tempero verde.

Modo de preparo

Refogue a carne em uma panela com óleo e com sal e pimenta até ficar bem fritinha. Adicione a batata doce, mexa tudo e deixe fritar com a tampa fechada.

Quando começar a dourar adicione umas 3 colheres de sopa de água e tampe novamente baixando o fogo.

Assim que a água evaporar mexa novamente, ajuste o sal e pimenta. Experimente uma batata doce para sentir a textura, se ainda estiver muito dura coloque mais algumas colheres de água e tampe a panela. Depois de uns 5 minutos adicione o alho picado e mexa.

Quando o alho dourar adicione a cebola picada, verifique a textura da batata, se necessário coloque mais

um pouco de água e tampe a panela mais um pouco, mantendo o fogo baixo.

Assim que tudo estiver dourado e macio adicione a salsinha, verifique sal e pimenta e está pronto pra servir.



Sopa de batata doce e brócolis

Ingredientes:

700g de batata doce, 1/2 maço de brócolis, cebola, alho, sal, azeite de oliva.

Preparo:

Cozinhar as batatas em cortadas em rodelas em 600ml de água e sal até que estejam macias.

Picar o brócolis (pode usar os talos também) e cozinhar em água fervente por 10min.

Bater no liquidificador a batata cozida e o brócolis juntamente com a água do cozimento. (Reservar alguns buquês de brócolis para decorar.

Refogar em uma panela cebola picadinha e alho. Adicionar a mistura do liquidificador e acertar o sal.

Pode acrescentar nozes ou bacon tostadinhas para servir.



Chips de batata doce

Ingredientes

2 unidades médias de batatas doce
1 colher de sopa azeite de oliva
1 ramo alecrim
Sal e pimenta a gosto

Modo de preparo

Cortar a batata, com ou sem casca, em rodelas bem finas e espalhar em uma forma forrada com papel manteiga, de modo que as rodelas fiquem separadas umas das outras. Levar a forno pré aquecido a 180°C por cerca de 20 a 60 min ou até as batatas dourarem e ficarem crocantes, adicionando azeite, sal, alecrim e pimenta no final para temperar, ou apenas sal de ervas.



POSSIBILIDADE DE RECURSOS POR EMENDA PARLAMENTAR PARA AS ESCOLAS AGRÍCOLAS

A AGPTEA junto com o Conselho de Diretores das Escolas Agrícolas Estaduais teve audiência na tarde do dia 11 de junho com o Deputado Federal Giovani Cherini, líder da Bancada Federal Gaúcha. Na ocasião foi solicitado apoio para visualizar uma emenda parlamentar da Bancada Gaúcha para as nossas escolas agrícolas. O deputado se manifestou otimista e vê boas possibilidades de uma Emenda poder contemplar as escolas agrícolas estaduais com equipamentos e implementos agrícolas. O presidente do Conselho, professor

Luiz Carlos agradeceu a disposição do Deputado e solicita desde já que cada colega da sua respectiva escola faça a cobrança em fazer desta demanda junto aos demais deputados, especialmente com aqueles onde tiver maior afinidade. Além do presidente do Conselho, professor Luiz Carlos e do Deputado Geovani Cherin, participaram pela AGPTEA, o tesoureiro geral, professor Carlos Fernando Oliveira da Silva e pelo Sindicato dos Técnicos Agrícolas – SINTARGS, o Técnico Agrícola Luiz Roberto Dalpiaz Rech.

NOTÍCIAS DA AGPTEA



GT – FOMENTO E QUALIFICAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS AGRÍCOLAS

No dia 12 de junho aconteceu a segunda reunião do GT que está construindo uma minuta para a publicação de um Decreto que visa criar um Programa de Estado para Incentivo à Permanência do Jovem no Campo, bem como a Minuta de Projeto de Lei que trata sobre o tema da manutenção da gratificação de 60% para servidores (Eng. Agrônomos, Veterinários e Técnicos Agrícolas) que atuam nas Escolas Agrícolas, pois nas outras Secretarias já recebem. A AGPTEA está engajada nesta luta e vê grandes possibilidades de avanços para que as ações públicas se tornem mais ágeis e menos burocráticas.



A AGPTEA está visitando as escolas agrícolas para divulgar o trabalho que está sendo feito e poder detalhar mais o convênio com a Caixa Econômica Federal que estende a adesão ao Plano Odontológico, onde o associado pode incluir seus dependentes. Maiores informações no site www.agptea.org.br ou diretamente com adm@agptea.org.br

III CONEA VI CETASC XI ENEASC

A AGPTEA participou do evento que aconteceu nos dias 24 e 25 de Maio no IFC Campus Concórdia, em Concórdia/SC. O evento abordou como tema principal a Educação Profissional com Ética e Responsabilidade e como objetivo, mobilizar os professores sobre a responsabilidade na formação técnica de excelência, colocando profissionais no mercado de trabalho que tenham condições de desempenhar suas funções e atribuições. A AGPTEA agradece a receptividade e paraabeniza os organizadores do evento.



AGPTEA TEM NOVA PARCERIA PARA VOCÊ - FAÇA SUA ADESÃO!



Caixa Seguradora Plano Odontológico

Agora você pode contar com a Caixa Seguradora para cuidar do seu sorriso e de quem você ama!

- Rede de atendimento com mais de 25.500 opções em todo Brasil
- Crianças dependentes de 0 a 3 anos são isentas de pagamento
- Convenio Farmácia Vidalink (carteirinha virtual)
- Busca de Rede por SMS gratuita
- Aplicativo Odonto Empresas
Carteirinha virtual, Busca de Rede, Reembolso e muito mais!



Em caso de dúvidas falar com Fatima
E-mail: fatimasegurosebeneficios@gmail.com
Telefone: (51) 99355-0412



Plano Sigma

R\$ 22,00
mensal por pessoa

- Consultas
- Odontopediatria
- Radiologia (inclusive panorâmica)
- Prevenção (limpeza e aplicação de flúor)
- Cirurgia (extração de dentes)
- Dentística (restaurações)
- Endodontia (tratamento de canal)
- Periodontia (tratamento da gengiva)
- Prótese (novo rol mínimo)
- Procedimentos do Rol mínimo da ANS

Plano Beta

R\$ 24,00
mensal por pessoa

Sigma + 12 procedimentos

Placa para Clareamento Caseiro

Plano Alfa

R\$ 31,00
mensal por pessoa

Beta +

Documentação Ortodôntica
E cobertura para Placa de Bruxismo

Visite a Casa da Agptea durante a feira

41ª EXPOINTER
ESTEIO RS BRASIL
DE 25/8 A 2/9

VANTAGENS
PARA VOCÊ FICAR SEMPRE BEM.

Você que é associado da AGPTEA, tem vantagens exclusivas na PanVel. Aproveite os inúmeros descontos para suas compras à vista, basta apresentar o cartão AGPTEA e documento com CPF.

Confira:

- 12%** de desconto em medicamentos de referência
- 35%** de desconto em medicamentos genéricos

ENSINO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL DIALOGAR É PRECISO!

Débora de Oliveira Strider

Zootecnista, Pós-Graduada em Educação do Campo e Ciências da Natureza, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Campus Dom Pedrito; Docente de Ensino Médio Técnico - EEPROCAR; deborastrider@gmail.com

A Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a data 3 de dezembro como um dia de celebração e comemoração das pessoas com necessidades educacionais especiais. Na atualidade há uma intensa preocupação internacional com a temática da educação inclusiva, a qual possui como base os direitos humanos fundamentais e, no contexto brasileiro, consolida-se, a partir de 2008, com a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, considerando alunos da educação especial estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

A história da educação destas pessoas caminha por trilhas ideológicas distintas, excludentes. Na Idade Média, devido à grande influência da religião sobre o povo, acreditava-se que pessoas com necessidades especiais nasciam desta forma para pagar pelos seus pecados, fortalecendo a ideia de que em outras vidas, cometeram algo que posteriormente teriam que pagar (LOPES et al., 2005).

Na idade moderna, os relatos acerca das pessoas com deficiências não apresentaram grandes transformações. A desvalorização de suas potencialidades continuou, aliando a isto, a indicação de que os mesmos deviam ser tratados por

médicos, isolados de tudo e de todos (LOPES et al., 2005).

Em nosso País, o desenvolvimento da educação especial iniciou no século XIX (MANTOAN, 2002). Segundo esta autora, os serviços dedicados a esse segmento foram incorporados por brasileiros dispostos a organizar e incrementar ações isoladas e/ou particulares com vistas a atender pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais. No primeiro momento, a iniciativa de tais atendimentos não estava integrada às políticas públicas de educação. Somente no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente no Brasil, com a denominação de “educação dos excepcionais”, em nosso sistema educacional (MANTOAN, 2002).

Antes de 1960, o que conheciam sobre deficiência permanecia estático, pois o que sabiam sobre as pessoas era que se nascessem com deficiências raramente tinham como desenvolver-se, passando então a ser um fardo para suas famílias e com pouca perspectiva de vida. De certa maneira se fosse possível, o melhor a fazer era colocá-las num centro específico para que pudessem receber tratamento adequado (LOPES et al., 2005). No final da década de 70 e início de 80 é que os deficientes passaram então a ser inseridos em classes regulares

(STAINBACK & STAINBACK, 1999).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 4.024/61, atualmente revogada) deixa clara a importância da Educação Especial. É a partir desta Lei que as portas para as classes menos favorecidas participarem deste ciclo escolar começam a abrir. Atualmente, os deficientes possuem seus direitos assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96, como vemos nos artigos 58, 59 (BRASIL, 1996). E no Art. 58 dessa mesma Lei, observa-se que a educação escolar preferencialmente deve ser oferecida na rede regular de ensino, para todos os alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Caiado e Meletti (2011), levantamentos realizados nos textos apresentados nas reuniões anuais da Anped, no período de 1993 a 2010 e em todos os grupos de trabalho (GT), revelaram um único trabalho apresentado no GT3 - Movimentos Sociais e Educação, na modalidade pôster, intitulado “Interface da Educação Especial com a educação do campo: a (in)visibilidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas do campo” (MARCOCCIA, 2010 apud CAIADO & MELETTI, 2011).

Neste âmbito, é imprescindível

ARTIGO

destacar a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Esta constituição é a única unidade da Federação que inscreve a Educação do Campo no contexto de um projeto estruturador para o conjunto do País (BRASIL, 2012). Desta forma, ao encontrar o significado do ensino agrícola no processo de implantação da reforma agrária, supera a abordagem compensatória das políticas para o setor e aponta para as aspirações de liberdade política, de igualdade social, de direito ao trabalho, à terra, à saúde e ao conhecimento dos(as) trabalhadores(as) rurais (BRASIL, 2012). No entanto, a realidade dos brasileiros com deficiência dentro das Escolas Profissionais Agrícolas é pouco evidenciada.

Ao mapear o índice de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais junto à Escola Estadual de Educação Profissional – EEPROCAR, no Município de Carazinho, no Estado do Rio Grande do Sul, observou-se que, apesar de baixo índice de matrícula, há correlação positiva alta entre as fases que compreendem a matrícula e a conclusão do Curso Técnico em Agropecuária por estes cidadãos (ãs), uma vez que todos os alunos matriculados concluíram o curso.

Quanto às matrículas mapeadas, são relativas às duas modalidades de ensino disponíveis na EEPROCAR no Curso Técnico em Agropecuária: subsequente e ensino médio integrado (EMI), e foram calculadas em percentuais sobre o número de vagas disponíveis anualmente, onde, no curso EMI, totalizam 75 vagas e, no curso subsequente, 50 vagas.

As Tabelas 1 e 2 apresentam os dados de matrícula obtidos junto à Coordenação Pedagógica da Escola Estadual de Educação Profissional – EEPROCAR.

Tabela 1 – Percentual anual de matrículas efetuadas por alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Médio Integrado (EMI)

nos períodos (anos) de 2015 e 2017 na Escola Estadual de Educação Profissional – EEPROCAR.

Ano	Modalidade	Matrícula (%)
2017	EMI	2,7
2015	EMI	1,3

Fonte: EEPROCAR, 2018.

Na modalidade EMI, as necessidades educacionais especiais foram relativas à estudantes com deficiência visual e com deficiência física

Tabela 2 – Percentual anual de matrículas efetuadas por alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Subsequente nos períodos (anos) de 2013, 2014 e 2016 na Escola Estadual de Educação Profissional – EEPROCAR.

Ano	Modalidade	Matrícula (%)
2016	Subsequente	6
2014	Subsequente	4
2013	Subsequente	2

Fonte: EEPROCAR, 2018.

Na modalidade subsequente, as necessidades educacionais especiais foram relativas a estudantes com deficiência visual e com deficiência intelectual.

Logo, entender quais os fatores que corroboram para o baixo número de matrículas realizadas entre o período de 2013 a 2017 ou ausente número de matrículas no período entre 2008 e 2012 é fundamental para a consolidação de políticas educacionais inclusivas. Considerar o acesso ao conhecimento científico, os saberes próprios de cada população e a autonomia do sujeito com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação configura o cenário pelo qual nós educadores lutamos: “Educação mais igualitária e democrática”.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas

Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan.2008^a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n.555/2007, prorrogada pela portaria n.948/2007, entregue ao ministro da Educação em janeiro de 2008]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_an&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-5122014&Itemid=30192>. Acesso em 29 de maio de 2018,

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n. 2, de 28 de abril de 2008b. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012. p. 96.

CAIADO, K.R.M; MELETTI, S.M.F. Educação Especial na Educação do Campo: 20 anos de silêncio no GT 15. Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v. 17, p. 93-104, maio-ago., 2011. Edição Especial.

LOPES, K. R.; MENDES R. P.; FARIA, V. L. B. (Org.). Coleção pró infantil: programa de formação inicial para professores em exercício na educação infantil. Brasília: MEC, 2005.

MANTOAN, M.T.E. A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> Acesso em: 29 maio 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.



NATERCE ANDRÉIA BALBÉ MACHADO

Professora da Escola Técnica Estadual Achilino de Santis

Com enfoque na legislação e nas boas práticas em agroindústria foi realizado um Encontro na Casa da Agptea no Parque de Exposições em Esteio, para apresentação do Programa Estadual de Agroindústria Familiar-PEAF para as Escolas Técnicas Estaduais. Nestes dias de estudo os professores e técnicos participaram de diversas atividades dentre as quais se destaca a visita em uma agroindústria familiar no município de Riozinho.

A importância da agricultura familiar é cada vez mais evidenciada por políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida das famílias. São exemplos dessas políticas a Política Estadual de Agroindústria Familiar, criada pela Lei Estadual nº 13.921, de 17 de janeiro de 2012, e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pela Lei Federal nº 10.696 de 02 de julho de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação



AGROINDÚSTRIA FAMILIAR- SDR E AGPTEA UMA PARCERIA EM PROL DAS ESCOLAS TÉCNICAS AGROPECUÁRIAS!

Escolar (PNAE), regulamentado pela Lei Federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Também foi possível reconhecer as dinâmicas de desenvolvimento local, tendo ações que demonstram respeito aos valores de uma agricultura voltada à diversificação dos sistemas produtivos e do meio ambiente, com seu foco na agroecologia.

O fortalecimento da agricultura familiar, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), fundamenta-se na sua importância econômica, social, cultural e também no potencial que ela representa na perspectiva de um desenvolvimento sustentável, economicamente viável e socialmente justo e é desta forma que as escolas técnicas agrícolas têm grande importância para o desenvolvimento local e regional, pois estão distribuídas em todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, sendo, elas a base pedagógica para os jovens estudantes que poderão dar continuidade à atividade rural em suas comunidades.

Dentro de seus conteúdos programáticos, as escolas agrícolas trabalham vários temas que se aliam com os debatidos no Encontro dos dias 17 e 18 de maio de 2018, onde podemos citar as políticas públicas para a agricultura familiar, legislação e boas práticas em agroindústria, a importância dos



programas em prol das famílias de agricultores, a gestão na propriedade rural, a sustentabilidade no campo, etc... Possibilitando que o ensino voltado ao setor da economia venham contribuir com as populações do campo numa articulação dos conteúdos numa perspectiva interdisciplinar.





Novidade!

Cartão de identificação EDUCREDI.

Estamos preparando ótimos benefícios e vantagens para nossos associados.



Homologação

Homologação no Banco Central em 13/06/2018 da nossa última Assembleia Extraordinária e Ordinária

Indicação da Diretoria Executiva para o exercício de 2018/2022

Elson Geraldo de Sena Costa - Diretor Executivo e Erni Jose da Silva- Diretor Administrativo

Bonificação de Bolsas de Estudo aos Associados

No mês de Junho estavam abertas 100 vagas para auxílio educação conforme aprovado em Assembleia Geral e Regulamento do Fates vigente em nosso site. As inscrições foram encerradas em 30/06/2018

Próximos Eventos da Cooperativa

JULHO: Aniversário da Cooperativa
AGOSTO: Seminário da Cooperativa aos Associados - Espaço Agptea/Expointer.
Datas e eventos a serem definidos. Fique ligado em nosso site e facebook.

Atualize o seu cadastro em nosso site para receberem novidades da Cooperativa!

RESULTADO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA/ORDINÁRIA 2018

A Assembleia Geral da Cooperativa Educredi foi realizada no 19/04/2018 às 18h, na sala de reuniões Agptea/Educredi em Porto Alegre. Contou com a presença de 18 associados, e consultores da área jurídica e da contabilidade.

ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Foram aprovadas as seguintes pautas:

1. alteração do art. 10 para prever novos valores e condições de subscrição e integralização de quotas, inclusive no caso de reingresso de cooperado no quadro social;
2. alteração dos arts. 26 e 32/39 que tratam do número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, bem como condições de eleição, escolha e funções;
3. alteração dos arts. 50 e 51, que tratam da ouvidoria e inclusão de novos artigos sobre o assunto;
4. alteração do § 5º do art. 25, acerca do prazo de mandato dos membros ao Conselho Fiscal;
5. exclusão dos arts. 56 a 59 relativos às disposições transitórias, pois perderam aplicabilidade;
6. Renumeração de artigos, parágrafos e remissões do Estatuto Social, impactados pela reforma deliberada no item anterior;
7. Consolidação do Estatuto Social;

ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Foram aprovadas a prestação de contas do primeiro e segundo semestres do Exercício de 2017 e as seguintes destinações:

1. SOBRAS: R\$ 55.951,04 (R\$ 30.000,00 Fundo para Investimento e Expansão R\$ 25.951,04 Distribuição proporcional para o associado que pagou juros sobre empréstimos no exercício de 2017.)

FORMA DE RECEBIMENTO: INTEGRALIZADOS NO CAPITAL DO ASSOCIADO, NÃO EM CONTA BANCÁRIA, NÃO PODENDO SER CREDITADOS EM CONTA CORRENTE.

OBS.: Os valores estarão disponíveis para consulta na Cooperativa a partir do dia 25/04/2018. A data para a integralização ao capital, será no máximo em 29/06/2018.

2. DESTINAÇÃO DO FATES:

- Bolsa de Estudos a associados e funcionários: R\$ 25.000,00. Serão sorteadas 100 (cem) bonificações no valor de R\$ 250,00 cada, para incentivo educacional. A regulamentação está disponível no site e na própria Cooperativa.
- Carteirinhas de sócios
- Instrução e formação de Dirigentes/Conselheiros
- Treinamento de Colaboradores
- Materiais/Informativos e brindes para associados
- Eventos da Cooperativa
- Patrocínio a Entidades Filantrópicas e educacional
- Projetos Sócio Ambientais
- Equipamentos/Utensílios e uniformes
- Revista da Cooperativa
- Alteração Layout e manutenção do Site.

3. ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

CARLOS FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA – Presidente
ELSON GERALDO DE SENA COSTA – Vice Presidente
DANILO OLIVEIRA DE SOUZA – Conselheiro Efetivo
RUDNEI NESSY LOPES – Conselheiro Efetivo
GILBERTO SIDNEI DOS SANTOS – Suplente
SALMA RAMOS BARCELOS - Suplente

4. FORAM APROVADAS TAMBÉM AS SEGUINTE PAUTAS:

1. Política de Sucessão de Administradores conforme Resolução (C.M.N.) 4.538 de 24 de novembro de 2016 e o respectivo manual;
2. Política de Conformidade (Compliance) conforme Resolução (C.M.N.) 4.595 de 28 de agosto de 2017 e o respectivo manual;
3. Alteração do Regulamento de Recursos do FATES – Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social;
4. Alteração do Regimento Eleitoral, conforme alteração do Estatuto.

SERVIDOR ATIVO E APOSENTADO DO ESTADO

**QUER COLOCAR A VIDA
EM ORDEM EM 2018 OU
REALIZAR AQUELE SONHO
QUE FICOU PRA TRÁS?**

**A Facta tem o
que você precisa!**

- Liberação do crédito na conta de sua preferência
- Dinheiro na mão até no mesmo dia
- Limite de até R\$ 60.000,00
- Sem consulta ao SPC/SERASA
- Não precisa de desbloqueio de código
- Portamos e Refinanciamos sua dívida de outros bancos e reduzimos os juros



Saiba mais sobre essas e outras vantagens que só a Facta oferece!

Ligue **0800-602-1818**
ou acesse www.facta.com.br

facta
empréstimo rápido e fácil